

DISCURSOS E PRÁTICAS DEFININDO TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS EM CIDADES PLANEJADAS

O Caso do município de Naviraí (MS)

DISCOURSES AND PRACTICES DEFINING PERIPHERAL TERRITORIES IN PLANNED CITIES

The case of Naviraí, Mato Grosso do Sul, Brazil

**A. Ramon Fortunato Gomes & C. Anderson Dias de Almeida Proença &
D. Adalberto José Vilela Júnior Vilela**

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Brasil

ramon.fortunato@ufms.br

a.dias@ufms.br

adalberto.vilela@ufms.br

B. Ricardo Batista Bitencourt

Universidade de Brasília, Brasil

ricardobbitencourt@gmail.com

RESUMO

A pesquisa discute o desenho como ferramenta de planejamento urbano e organização territorial. Confirma seus dilemas e conflitos espaciais, locados no discurso do plano e na prática da cidade real. Tem o município de Naviraí (MS) como objeto de estudo e sua morfologia urbana como componente de análise, elaborada a partir de dados que confirmaram as hipóteses da pesquisa. O método empregado consiste no mapeamento da cidade por meio de imagens de satélites e pesquisas de campo nos órgãos de gestão urbana. Assim, foi possível construir cartografias temáticas para uma análise do espaço urbano mais apurada. Como resultado, admite-se que a cidade de Naviraí – embora cidade nova – se desenvolve a partir de um traçado urbano rígido, afastando-se, contudo, dos potenciais urbanísticos decorrentes da forma original. Por fim, observa-se que os espaços urbanos se interconectam de maneira difusa, segregada, em padrões diversificados e descontínuos em relação ao traçado urbano embrionário.

Palavras-chave: territórios periféricos, cidades planejadas, urbanidade, morfologia urbana.

Linha de Investigação: 1: Cidade e projeto.

Tópico: Morfologia urbana.

ABSTRACT

The research attempts to highlight design as a tool for urban planning and territorial management. It confirms its spatial dilemmas and conflicts, located in the discourse of the plan and the practice of the real city. It takes the municipality of Naviraí (Brazil) as study case and its urban morphology as a component of analysis, from which the research hypotheses were confirmed. The method consists of mapping the city by means of satellite images and searches at local urban development agencies. Thus, it was possible to build thematic maps for a more refined analysis of urban space. As a result, it is admitted that Naviraí develops itself from a rigid master plan, deviating from urbanistic potentials which stems from its original form. It is observed that urban spaces in Naviraí are interconnected in a diffuse and segregated way, following a diversified and discontinuous pattern when compared to its original plan.

Keywords: peripheral territories, planned cities, urbanity, urban morphology.

Research line: 1: City and project.

Topic: Urban morphology.

Introdução

O estudo busca trazer a discussão do desenho urbano como ferramenta de planejamento urbano e organização territorial, ao evidenciar os dilemas e conflitos espaciais refletidos na forma urbana, cunhados por contrapontos locados no discurso (o plano) e na prática (a cidade real). Evidencia a atual discussão realizada sobre os desafios e potencialidades próprias da cidade contemporânea e suas características mais determinantes, como a fragmentação e dispersão da malha urbana, e as mudanças no padrão de segregação socioespacial, com a disputa pelo espaço urbano, até então, tido como periférico.

Tem como objeto de estudo a cidade de Naviraí, localizada na porção sul do Estado do Mato Grosso do Sul (MS) na região centro-oeste brasileira (Fig. 1). O município tem a particularidade de contar com um plano urbanístico regulador do início da expansão urbana, datado da década de 1950, e elaborado pela companhia Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Ltda. Por este motivo, a cidade apresenta uma área central com um desenho geométrico claramente definido, constituído em formato retangular e por oito avenidas que partem de uma rótula central como demonstra a Fig. 1. Neste contexto, a pesquisa aborda a formação urbana periférica do município após a década de 1980, em contraste com o plano urbanístico embrionário do município.

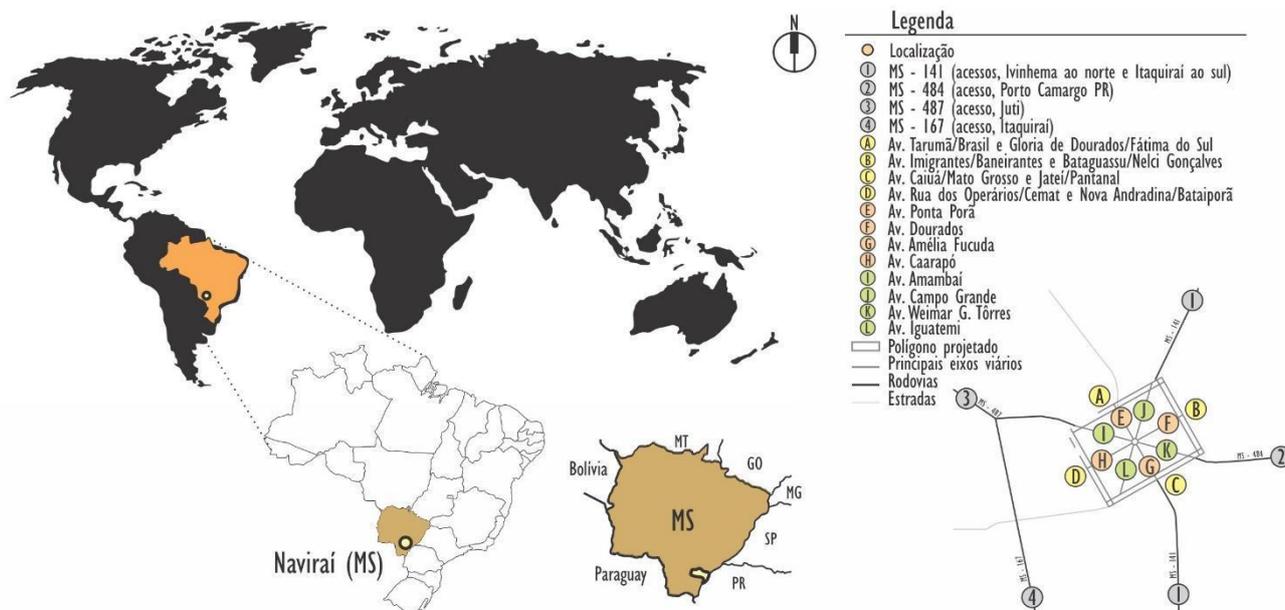


Fig. 01 - Mapa de localização e mapa esquemático do sistema viário do município de Naviraí (MS). Fonte: Elaboração própria (2020).

As divergências entre o discurso (políticas e planos) e a prática (ações e a cidade real), parecem sustentar e contribuir para um modelo de ocupação urbana disperso, fragmentado e excludente, motivado pela economia do mercado imobiliário, proporcionando a exclusão social (Costa, 2006). No município de Naviraí, as análises na forma urbana evidenciam tais polaridades. Notam-se, de um lado, o discurso por meio dos códigos planos e leis e, de outro, as demandas urbanas e sociais da cidade, ponderadas, que imprimem no território formas e arranjos múltiplos nas bordas do plano original. No entanto, há caminhos e esforços movidos por instituições de planejamento urbano e territorial no sentido de transformá-la, buscando conceitos de cidades mais humanas, caminháveis e dispostas de infraestrutura urbana e equipamentos públicos. O Plano Diretor, revisado pela Lei Complementar 195 de 2018, e os instrumentos normativos instituídos pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257 de 2001, são instrumentos que norteiam seu crescimento ordenado.

O Estatuto da Cidade (2001) ainda representa o escopo principal para as políticas de estruturação urbana, o planejamento e a reforma urbanística pois avança como normativa principal de referência a elaboração de planos urbanísticos, no procedimento de leis edilícias, na implementação da gestão de cidades e na elaboração dos Planos Diretores Municipais (PDs). Faz desdobramentos sobre os planos diretores e os colocam como importantes instrumentos de desenvolvimento urbano e expansão territorial dos municípios. A obrigatoriedade na elaboração dos PDs definida na lei, permitiu o aumento de 805 PDs em 2005, para 2.318 em 2009. 87% dos municípios com mais de vinte mil habitantes, declararam ter Planos Diretores IBGE (2015).

Contudo, seus dilemas apresentados, o Plano Diretor ainda representa o principal instrumento de regulamentação e estruturação territorial urbana e fundiária. Santos Jr. e Montandon (2011) apontam dilemas, equívocos e falhas, ampliam a discussão sobre os Planos Diretores ao ressaltarem a não constituição de um pacto social para o desenvolvimento urbano, constataam fragilidades nos processos participativos além de verificarem que estes não se perpetuam perante as mudanças de gestão municipal.

Assim, questionam a inclusão de instrumentos normativos de gestão urbana nos planos, sem avaliação, pertinência e efetividade quanto a indução do desenvolvimento urbano.

Para Schvarsberg (2012), as ações urbanas por meio das políticas públicas, tangenciam dois vetores principais, um focalizado na construção e manutenção de rodovias, valorizando o transporte privado a urbanização dispersa e o crescimento urbano espraiado, e outro que beneficia a construção de habitações sociais no modelo “plantação de casinhas, [...] chamadas de moradias sem cidade. [...] plantation habitacional nas bordas de municípios e distritos” (Schvarsberg, 2012: 110) e

bem mais do que Planos Diretores e Legislação Urbanística, as obras (de impacto) seguem determinando estruturalmente o processo de urbanização, no conhecido quadro urbanístico brasileiro onde convivem de forma absolutamente complementar os planos sem obras e as obras sem planos” (Schvarsberg, 2012: 109).

Contudo, são conjunturas observadas na pesquisa quando colocadas em contato com o objeto de estudo. Nesse contexto, o estudo tem como objetivo principal discutir os dilemas e as consequências da ocupação urbana pós implantação do plano urbanístico original e o crescimento periférico da cidade embrionária. Identificar diversidades territoriais, fluxos e contrastes morfológicos evidenciados na morfologia urbana da cidade periférica. Ao discutir a expansão urbana periférica ao redor da área central de uma *urbe* planejada, a pesquisa objetiva, também, complementar estudos no campo das transformações morfológicas contemporâneas de centros embrionários ou planejados de cidades de pequeno porte, assim como foi verificado no caso de Naviraí (MS).

1. Metodologia de pesquisa

Para investigar tais questões e aprofundar a discussão sobre as consequências do projeto urbanístico original na cidade real, periférica, foram usados métodos empíricos de observação do espaço e ocupação do solo urbano. Fizeram parte do processo de pesquisa as análises do espaço urbanístico *in loco*; revisão bibliográfica sobre a temática da expansão urbana contemporânea em cidades de pequeno porte e sobre o planejamento de cidades embrionárias; visitas de campo nos órgãos municipais de gestão urbana e a produção de cartográficas a partir de consulta em imagens de satélite disponíveis no *software* Google Earth Pro.

As imagens históricas, disponibilizadas pelo *software*, contribuíram na qualidade das cartografias produzidas, por serem compatíveis e demonstrarem o início do processo de crescimento urbano, para fora do perímetro do centro embrionário planejado de Naviraí. Desta forma, foi possível observar a evolução da mancha urbana no território perante o tempo e construir uma análise qualitativa com base nos elementos morfológicos dos núcleos urbanos mais recentes do município.

Porém, é preciso apresentar alguns problemas no processo metodológico ao serem usadas as imagens de satélites. Em alguns casos, não é clara a identificação dos limites entre a massa edificada e os espaços vazios de quintais ou lotes; notam-se distorções nas imagens de satélite quando sobrepostas aos mapas oficiais consultados, assim, é preciso ajustar; há dificuldade de distinguir usos residenciais, prédios comerciais ou galpões, principalmente as serralherias presentes no processo de evolução urbana do município, que somavam mais de sessenta. Contudo, as dificuldades apresentadas no processo metodológico não inviabilizaram a constituição das análises morfológicas e os resultados de pesquisa.

2. Questões de pesquisa e o objeto de estudo

Elege-se como hipótese que planos urbanísticos, elaborados para a constituição de novas cidades, altamente associados à produtos de ideologia racionalista e técnica, não contemplam a “cidade real” construída por apropriações socioculturais do espaço urbano. Tem como traço a imposição de uma racionalidade excludente de fatores de imprevisão, impossibilitando a flexibilização de caminhos para novas articulações da malha urbana, de modo a integrar desenvolvimento urbano e plano urbanístico.

São ideias presentes nos traços do desenho urbano de algumas cidades no país, entre elas, cidades coloniais, cidades de pequeno porte no interior e grandes cidades em regiões metropolitanas. Semelhantes a Naviraí, também, são cidades desenhadas e definidas em fragmentos territoriais, segregados, como diferentes cidades em uma única mancha urbana.

A hipótese vai além, ao mostrar um plano que, também, não contemplou a forma urbana integrada aos elementos naturais, às condicionantes geográficas e às possibilidades de crescimento urbano. Assim nascem cidades planejadas embrionárias que já vislumbram futuras transgressões socioespaciais e ambientais. Aspectos que podem ser agravados ou potencializadas no processo de planejamento urbano, abrindo passagens às tensões e violações às leis. Assim, é função da política urbana o planejamento urbano e o desenho das cidades, transpor a dimensão do discurso contemplando particularidades culturais, sociais e técnicas (Del Rio, 1990).

Neste sentido, o estudo busca responder às seguintes perguntas: o crescimento fragmentado, informal ou não planejado, para além do plano original é resultante da forma urbana racional, rígida e não adaptada ao sítio? Ele dialoga com o modo de pensar a cidade contemporânea? Quais são as políticas urbanas aplicadas como meio de organização territorial do objeto de estudo? São políticas públicas que possuem relação com o crescimento urbano? Por fim, quais os desafios e dilemas para o desenvolvimento urbano no objeto de estudo e em cidades semelhantes, do mesmo porte?

3. Evolução Urbana

Utiliza-se do estudo e das análises do desenvolvimento urbano do município de Naviraí para construir respostas e fundamentar as hipóteses colocadas. O recorte temporal (1984-2019), apresentado nas análises, faz referência às imagens disponíveis no Google Earth que, coincidentemente, também se referem ao período em que a expansão urbana para além do perímetro planejado de Naviraí se iniciou. Para Coelho (2014), a evolução urbana é constituída por meio do tempo e da forma. É uma abordagem da forma física do tecido urbano e suas relações de materialidade com o tempo. Em outras palavras, são formas materializadas como resultado de diversos processos de sedimentação, formação, transformação, persistência e mudança. Representam materialidades urbanas em permanente evolução no tempo (Coelho, 2014).

Assim a cidade apresenta-se em formas fragmentadas, segregada às margens da cidade planejada, como resultado de um processo de crescimento disperso, não planejado na sua totalidade. Nota-se uma forma de crescimento segmentado, difuso, que agrega diferentes modos de crescimento urbano descontínuo do modelo planejado originalmente. Não é observado junção das partes não homogêneas do tecido urbano, mostra-se uma relação de descontinuidade urbana na porção externa do plano original, fragilizada pela fragmentação urbana. Esta representa uma cidade que se contrapõe ao montante representado pelo traçado original.

A unidade do traçado urbano, e conseqüentemente a unidade morfológica da cidade, é alcançada quando se estabelece a junção de partes distintas através de relações de continuidade, de estrutura e de articulação que, formando um objeto indivisível, se torna conseqüentemente complexo (Fernandes, 2015: 38).

Em oposição à cidade dispersa, similar às cidades atuais contemporâneas nos modos de crescimento e de políticas urbanas, há uma outra cidade de ocupação territorial que revela potencialidades no plano de origem. Uma cidade que guarda, na sua formação embrionária, virtudes de urbanidade e evidências que podem alimentar políticas urbanas em novos desenhos de crescimento e desenvolvimento urbano no objeto de estudo. Nota-se, no desenho original, uma base sólida capaz de resistir às transformações urbanas no tempo. Porém, não é observado o desenvolvimento urbano neste sentido; o crescimento urbano é direcionado por vetores que buscam horizontes na comercialização da terra, em novos loteamentos periféricos, transpondo o desenho urbano e se constituindo em sucessivas dispersões urbanas em territórios agrícolas.

Assim, o estudo é organizado tendo como referência a dispersão urbana de Naviraí, mostrada nos mapas de evolução urbana, sobre suas áreas periféricas. Ele não abarca esta outra cidade de importância histórica e desenho urbano original, onde são observados pontos que contribuem para a urbanidade do espaço público, como são os de densidade, de uso e ocupação do solo, de compatibilização de espaços públicos de lazer e de adaptabilidade do sistema viário. Porém, são pontos colocados que podem guiar novas pesquisas e indicadores de desenvolvimento urbano, pois notam-se códigos de urbanidade que aparecem minimizados ou não potencializados no plano original, diante das dinâmicas urbanas apresentadas no território do objeto de estudo. Assim, contribuem para um novo desenho do espaço urbano que se projeta como periférico, contemporâneo, diverso e distinto do original.

Neste ponto, o estudo colabora para a primeira questão de pesquisa. O crescimento fragmentado, informal ou não planejado, para além do plano original é resultante da forma urbana racional, rígida e não adaptada ao sítio? As análises mostraram que a fragmentação do crescimento urbano tem relação com a lógica da terra como valor de negócio. A cidade cresce fragmentada conforme são constituídos novos empreendimentos, novos loteamentos, novos programas de habitação popular em áreas periféricas no modelo “Minha Casa Minha Vida.

Portanto, são modelos de crescimento urbano que estão aquém do planejamento urbano, mas estes imprimem no território urbano sua forma sustentando o espraiamento urbano. Uma cidade (objeto de estudo) que cresce por meio de territórios formados em tecidos urbanos diversificados e periféricos na malha urbana, para além dos contornos do plano inicial. Nota-se uma cidade que vai além do perímetro urbano, sobrepondo espaços no campo, sítios e em áreas agrícolas (Fig. 2), fragmentada em manchas urbanas descontínuas do plano original. Porém, o crescimento em manchas urbanas, em sua maioria, poupa os limites periféricos de propriedade particulares onde incidem as parcelas da divisão urbana – parcelamento urbano.

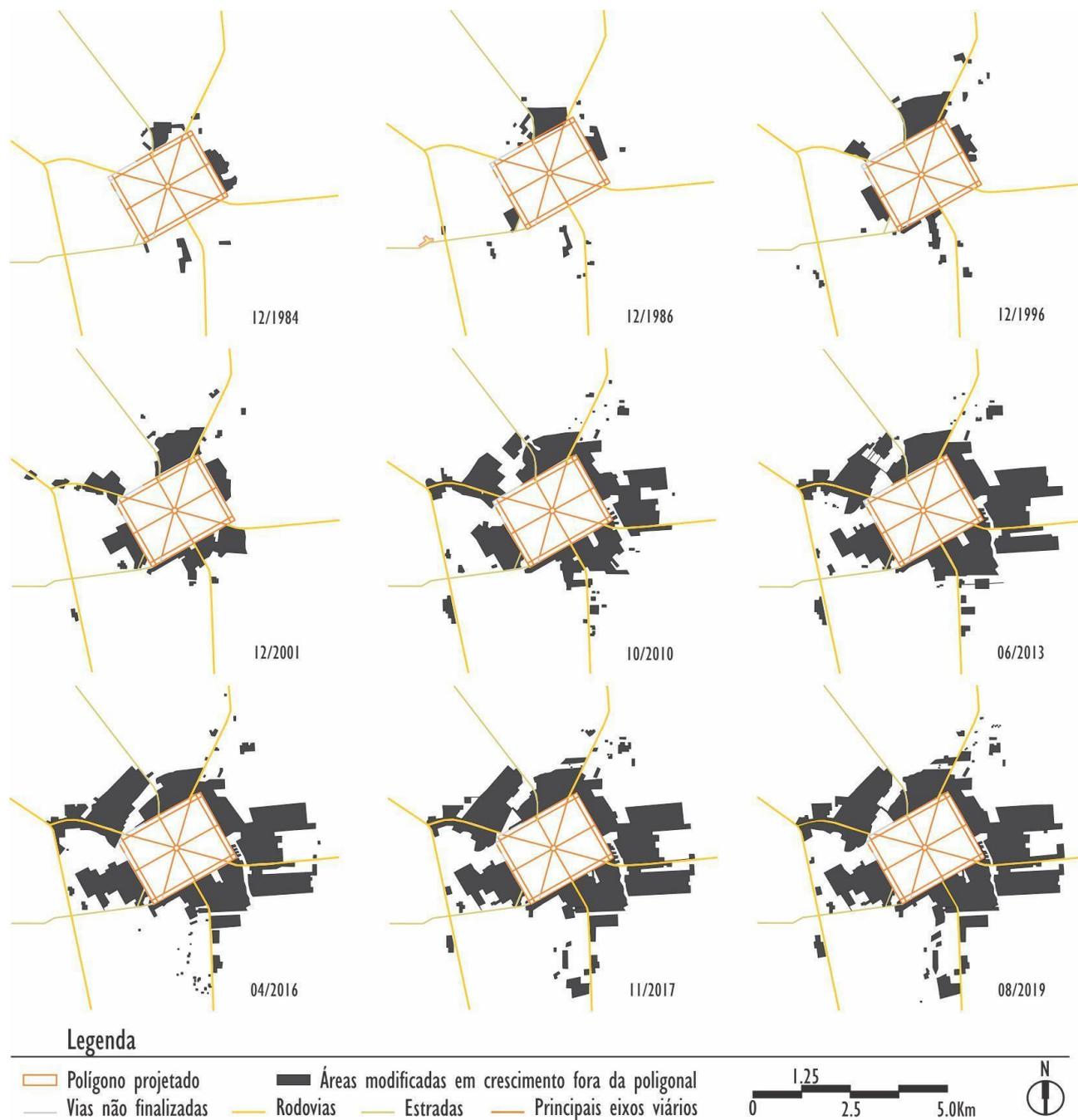


Fig. 02 - Mapas de evolução urbana do município de Naviraí (MS). Fonte: Elaboração própria a partir de imagens de satélite disponíveis no Google Eath Pro (2020).

Carvalho (2003) define o processo de crescimento periférico sobre áreas ruralizadas ou de propriedades agrícolas como periurbano. Para Carvalho (2003), trata-se de um problema atual, marcado pelo

desenvolvimento de aglomerados urbanos em áreas dispersas pouco densas, predominantemente residenciais, para além dos núcleos urbanos originais. Acrescenta tratar-se de um processo que “não deve ser visto como o campo que se urbaniza ou como a cidade que se ruraliza, mas como uma nova forma de organização social, que deverá refletir complementaridades” (Carvalho, 2003: 127). Há uma nova forma de organização territorial em crescimento, observada na malha urbana por meio de fragmentos desconectados, compondo a cidade com as áreas livres que se destinam as novas expansões urbanas. Pode ser observada (Fig. 3) a cidade dispersa na imagem (I), hoje contemplada, em sua maior parte, dentro do perímetro urbano pela Lei Complementar 195 de 2018, que dispõe sobre a revisão do Plano Diretor Municipal, como apresentado na imagem (II).

Esta nova organização territorial e as relações sociais específicas a ela associadas terão que ser melhor estudadas e conhecidas, e igualmente procurado um modelo de ordenamento que a enquadre. Mas tal procura não deverá iludir a questão, está-se perante uma nova forma de organização de cidade. O fenómeno do periurbano, muitas vezes apresentado como um retorno ao campo, é antes de mais um novo processo de urbanização (Carvalho, 2003: 127).

Outros autores também abordam a problemática da cidade fragmentada, difusa e a coloca no patamar de forma urbana contemporânea ou cidade contemporânea. Referem-se a espaços urbanos ou áreas urbanizadas que acumulam entraves, mediante conflitos, crises, demandas e emergências. Assumem-na como objeto impossível de definir, enquanto cidade em construção e sustentam a tese do esgotamento do planejamento urbano, o fim do planejamento urbano enquanto representação coletiva e social (Carvalho, 2003; Panerai, 2006; Reis Filho, 2006; Secchi, 2009; Kolhaas, 2010).

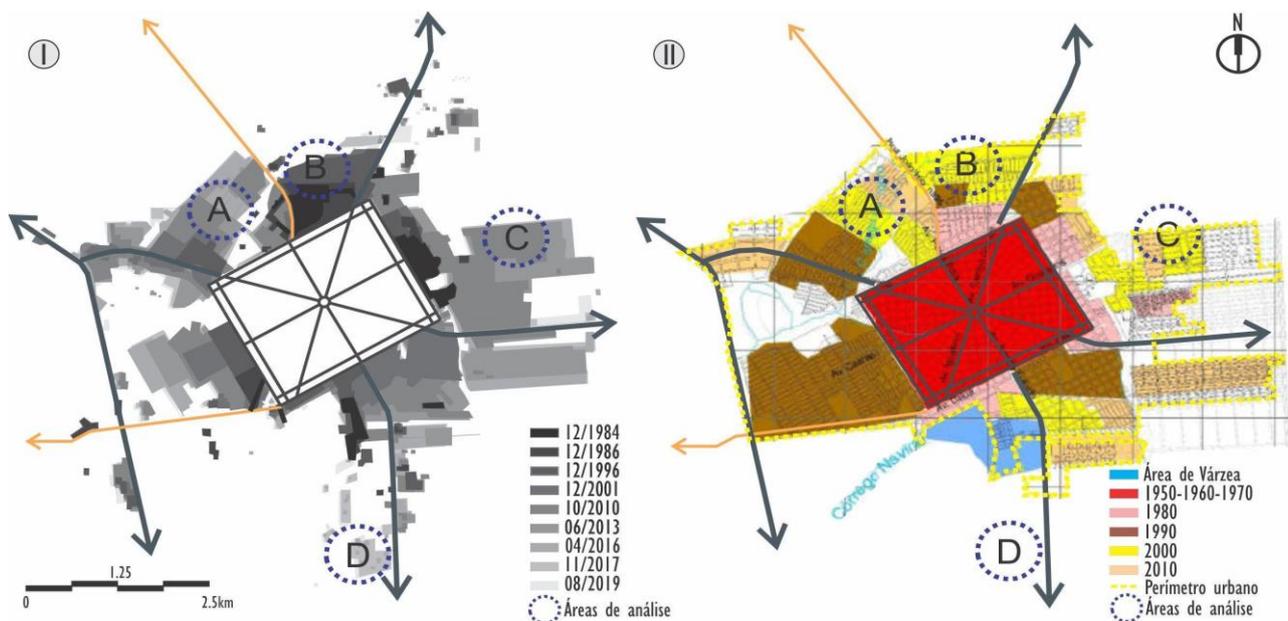


Fig. 03 - Ocupação do território no município de Naviraí (MS). Fontes: Mapa I. Elaboração própria, a partir da sobreposição das análises em imagens de satélite disponíveis no Google Earth Pro (2020). Mapa II. Anexo 2 do Plano Diretor de Naviraí - Mapa 11, Histórico da Ocupação (2018), disponibilizado pela Gerência de Obras.

Assim, as análises do crescimento urbano consideraram quatro áreas distintas, que permitem avaliar as diferenças encontradas na forma urbana e suas principais características, que fazem da cidade uma peça contemporânea. Em (A) nota-se um crescimento em loteamento padrão, com equipamentos urbanos, porém, carente de infraestrutura urbana como arruamento, drenagem, calçadas. Nos limites urbanos de outra área loteada para galpões e usos diversificados. São áreas localizadas no recorte (A) não congruentes, com traços que tangenciam a informalidade urbana. Em (B) o recorte aponta para a implementação de um conjunto habitacional em blocos, porém distante da cidade, chamadas de moradias sem cidade por Schvarsberg (2012). Em (C) o recorte é para o condomínio fechado de alto padrão, fechado para a cidade, a vida acontece dentro de muros, não dialoga com o espaço urbano. E em (D) o recorte é um processo de parcelamento de chácaras e sítios onde observa-se que por meio de uma linha de acesso, há um processo de subdivisões de lotes e aumento das edificações sem prévio planejamento.

3.1 Elementos morfológicos e seus padrões de repetição no crescimento periférico

Foi possível, através da leitura das mudanças morfológicas nestes quatro casos exemplares de transformações urbanas na cidade, garantir análises e comparações do tecido urbano, a fim de contribuir ao debate e aos resultados da pesquisa. A cidade é um todo, formada por diferentes vínculos e relações físicas que definem a forma urbana, constituída das relações humanas, das decisões políticas e das diretrizes fomentadas pela lei. Porém, toda diversidade urbana estabelecida é representada por um conjunto de elementos urbanos capazes de serem identificados, mapeados, lidos e analisados (Fig. 4).

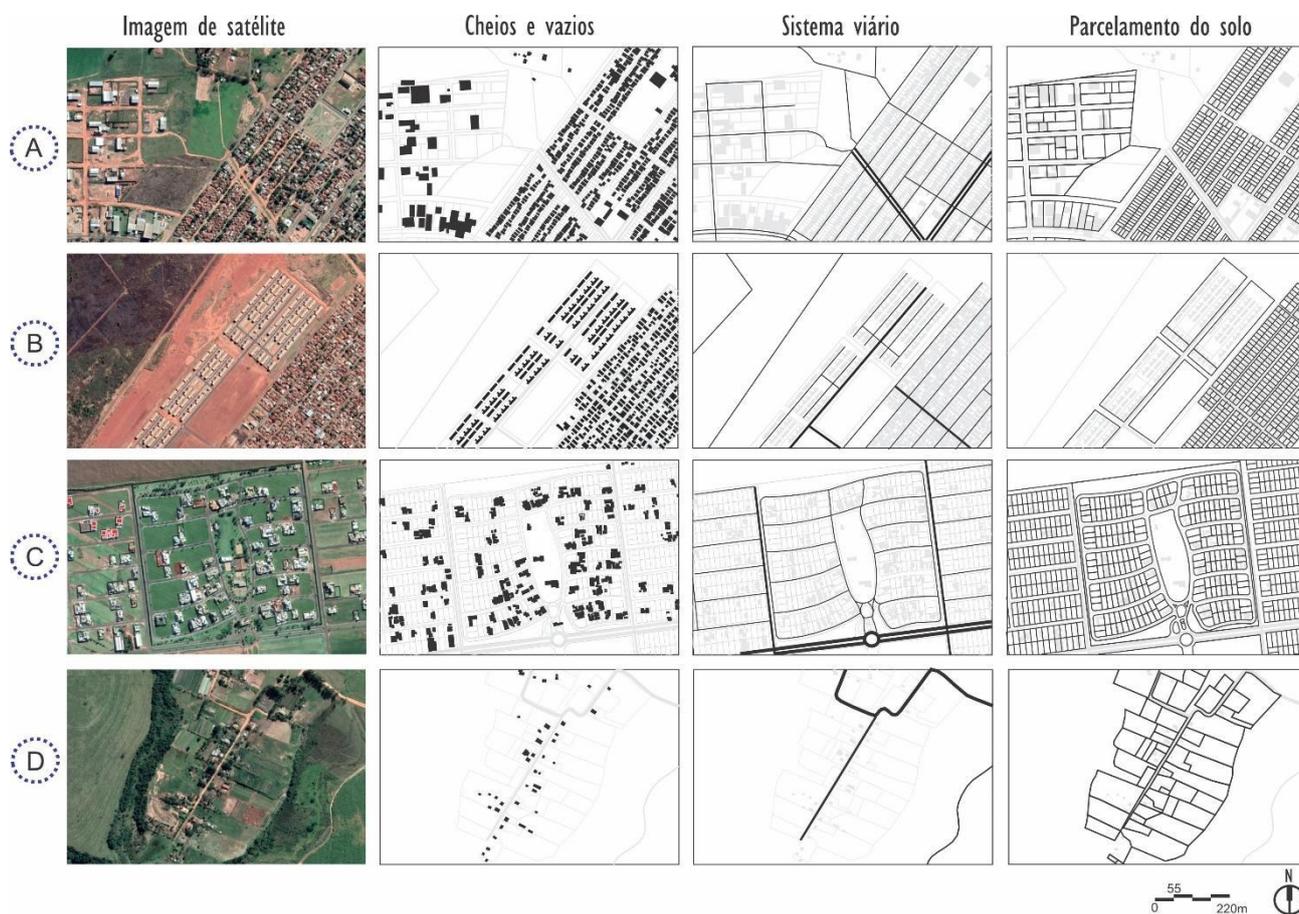


Fig. 04 - Regiões de análise do município de Naviraí (MS) e seus respectivos extratos morfológicos. Fonte: Elaboração própria a partir de imagens de satélite disponíveis no Google Earth Pró (2020).

Compreendem o tecido, o traçado, a malha, a praça, a rua, o quarteirão, a parcela, o edifício singular, o edifício comum (Coelho, et al., 2015), a massa edificada e o sistema viário (Del Rio, 1990; Panerai, 2006). Assim as análises das imagens de satélite e sua leitura decomposta em mapas temáticos, ficaram no campo da massa edificada representada por cheios e vazios, da conectividade urbana por meio do sistema viário e do desenho da parcela urbana definida no traçado urbano em crescimento.

Não foram incorporadas no estudo as análises tipológicas como a presença do edifício comum, constituído por meio de técnicas construtivas e modos culturais como são as habitações em madeira, dissolvidas em pequenos exemplares na malha urbana contemporânea, em principal nas áreas com menor atendimento de infraestrutura ou informais. Há substituição de tipologias como por exemplo as casas de alto padrão, definindo espaços sociais em regiões de maior valor econômico da cidade.

No entanto observa-se na totalidade do território construído o comportamento ambiental e a tradição que resistem às transformações urbanísticas. São fenômenos urbanos e sociais que fortalecem elementos morfológicos urbanos, como as calçadas, as ruas e os espaços públicos. Assim podem ser dados e bases para novos desenhos ou diretrizes no planejamento urbano e revisões de planos urbanísticos que não se estendem à cidade real.

4. Considerações finais

A pesquisa inicia com a observação de algumas questões de projeto urbanístico, ensaios e proposições; nota-se que não foram considerados, na implantação do projeto original, indicativos ambientais e de urbanidade como topografia, ventilação drenagem, escoamento de chuvas, centralidades, densidades, usos mistos, marcos e referências urbanas.

Quando se compara os novos tecidos urbanos tratados neste artigo com o planejamento original racional da cidade, verifica-se que não houve continuidade com a centralidade anterior. Assim, temos, como resultado, um tecido urbano crescente, de frágil desenvolvimento urbano e desmembrado das vias principais do tecido urbano.

Algumas problemáticas particulares decorrem diretamente do fato do crescimento urbano contemporâneo não ter seguido a racionalidade proposta pelo plano original de Naviraí. A mais relevante se refere a não continuidade do traçado viário, assim, diversas avenidas originalmente projetadas para ligar a praça central do município ao restante de seu tecido urbano, acabaram por se tornar “bulevares” de curto comprimento, com fim no perímetro da área central projetada e sem continuidade nos bairros vizinhos. Outras problemáticas se referem à profusão de uma morfologia urbana que não respeita as dimensões das quadras originalmente projetadas, com lotes mais generosos, nem a vasta arborização do tecido urbano original.

Assim, é possível afirmar que o crescimento fragmentado, informal ou não planejado, para além do plano original, é resultante da forma urbana racional, rígida e não adaptada. Ao aplicar ou agregar valor à terra planejada, esta pode restringir a acessibilidade ao terreno, passando a ter maior valor comercial e de troca. Também a rigidez da forma não permite a adaptação de outras formas de ocupação, como são os condomínios fechados, presente nas cidades atuais. São fatores observados durante a pesquisa, não somente pela diferença de traçado e de tecidos urbanos, como, também, em padrões tipológicos. Portanto, esse crescimento dialoga com o modo de pensar a cidade contemporânea, uma vez que a cidade contemporânea é dispersa e fragmentada por excelência.

Também pode ser constatado que as políticas urbanas, aplicadas como meio de organização territorial no objeto de estudo, utilizam a lógica dos terrenos mais baratos para o crescimento urbano e para a oferta de moradia social. Há indicações de que não são oferecidas alternativas ou políticas para a ocupação do traçado original, podendo ser verificadas pela existência de grande número de terrenos vazios na área do plano original. Assim, são indicadores relacionados ao crescimento urbano.

Assim, a pesquisa sinaliza que os desafios e dilemas para o desenvolvimento urbano no objeto de estudo, será integrar as duas porções do território no que trata dos tipos de serviços urbanos oferecidos, infraestrutura imagem urbana e mobilidade. Regularizar eventuais áreas informais e pensar planos de flexibilidade urbana para a área central, proporcionando a ocupação e maior densidade urbana na área central, onde os serviços de infraestrutura urbana não são precários.

O crescimento segregado e fragmentado também se replica em cidades semelhantes, do mesmo porte. Essa divisão de cidade entre áreas planejadas e áreas espontâneas é comum em cidades pequenas, médias e grandes, muito embora pareçam desafios extremamente complexos, capazes de consumir muitos recursos para sua superação nas cidades maiores. Eles ainda são viáveis nos menores centro urbanos, bastando um planejamento urbano que considere o efeito da cidade, ou a cidade real.

Os desafios institucionais no desenvolvimento de políticas urbanas mostram-se constantes na construção de uma cidade com maior urbanidade. Observa-se, por parte das instituições, a preocupação pelo planejamento e a organização espacial, também a busca por questões que tangenciam fatores como a mobilidade urbana, a permeabilidade do solo urbano, a drenagem do solo, a habitabilidade e o bem estar social. Porém, também devem ser colocadas e discutidas, no desenvolvimento urbano, questões que possam possibilitar a elasticidade e aplicabilidade dos conceitos de densidade, caminhabilidade, mobilidade urbana, segurança no trânsito e variáveis entre público e o privado.

Estas podem ser saídas para os problemas da dispersão urbana e de segregação presentes no município. Estima-se que os resultados apresentados nesta pesquisa possam contribuir para a discussão e a crítica do urbanismo praticado em cidades que possuem características similares a cidade de Naviraí e, assim, alimentar novas práticas de desenvolvimento urbano socioespacial.

Agradecimentos: Prefeitura Municipal de Naviraí; Equipe da Gerência de obras de Naviraí. “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, J. (2003) Formas urbanas. Coimbra: Minerva.

COELHO, C. Dias et al. (2015). Os elementos urbanos. Cadernos de morfologia urbana 1. 2 ed. Lisboa: Argumentum; Forma Urbis Lab.

_____. Tempo e a forma (2014). Cadernos de morfologia urbana 2. Lisboa: Argumentum; Forma Urbis Lab.

COSTA, H. S. de M. (2006) A cidade ilegal: notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade. En B. Carlos Antônio Leite (org.). As cidades da cidade (165-155). Belo Horizonte: Editora UFMG.

DEL RIO, V. (1990). Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: Pini.

FERNANDES, S. P. (2015). O traçado, o sítio e a forma da cidade. En C. Carlos Dias (coord.), Os elementos urbanos (38 – 57). Lisboa: Argumentum; Forma Urbis Lab.

IBGE (2015). Instituto brasileiro de geografia e estatística. En Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/> Acesso 08 de fev, 2019.

KOLHAAS, R. (2010). Três textos sobre a cidade: Grandeza, ou o problema do grande, A cidade genérica, Espaço lixo. Barcelona: G. Gili.

PANERAI, P. (2006) Análise urbana. Tradução: Francisco Leitão. Revisão técnica: Sylvia Fischer. (Coleção Arquitetura e Urbanismo) Brasília: Editora Universidade de Brasília.

REIS FILHO, N. G. (2006). Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Via das Artes.

SANTOS, J. O. A.; MONTANDON, D. T. (2011) Síntese, desafios e recomendações. En Os Planos Diretores Municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas (27-56). Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles: IPPUR/UFRJ.

SCHVARSBURG, B. (2012). Quem disse que ia ser fácil? En R. Ana Clara Torres; et al. (org.). Leitura da cidade (105-117). Rio de Janeiro: Letras Capital: Anpur.

SECCHI, B. (2009). A cidade do século vinte. São Paulo: Perspectiva.